

CONTRACULTURA ESCOLAR NO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFSC (1966-1973)

Ademir Soares Luciano Júnior*

Norberto Dallabrida*

Resumo

O Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina foi criado no começo da década de 1960, à época como Ginásio de Aplicação, seguindo um modelo de instituição que já havia sido planejado e implantado em outras universidades do país com o mesmo objetivo: oferecer aos professores e acadêmicos das licenciaturas um campo de estágio e de experimentação pedagógica. Contudo, desde o momento em que o colégio foi implantado, o perfil social de seus discentes começou a mudar gradativamente, em parte em decorrência do exame de seleção escolar para a entrada na instituição e da orientação escolanovista que estava sendo implantada desde a segunda metade da década de 1960. Os alunos pobres e originários do Abrigo de Menores de Florianópolis, que eram maioria quando a instituição foi implantada, estavam dando lugar a estudantes das camadas médias, que, não raro, eram oriundos dos colégios particulares frequentados pela elite da cidade. O presente artigo dialoga com os conceitos elaborados por teóricos da sociologia da educação, em específico, as considerações sobre capital cultural e capital social do sociólogo Pierre Bourdieu e sobre cultura escolar do historiador Dominique Julia. Nosso objetivo é entender como a cultura escolar do colégio, por meio de atividades extraclasse promovidas pela instituição, foi sendo construída para possibilitar a mudança no perfil dos discentes e no seu respectivo capital cultural em menos de uma década, três delas em especial: o governo comunitário, o código de conduta e os jornais estudantis

Palavras-chave: Colégio de Aplicação. Cultura escolar. Capital Cultural.

O Ginásio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) foi criado em 1961 e, posteriormente, com a implantação do segundo ciclo do ensino secundário, passou a se chamar Colégio de Aplicação. Seguindo o modelo das escolas de aplicação das universidades federais brasileiras, o Colégio de Aplicação da UFSC tinha por objetivo oferecer aos acadêmicos das licenciaturas e do Curso de Pedagogia um campo de estágio e de experimentação pedagógica. Nos primeiros anos de seu funcionamento, a sua clientela era mista e formada especialmente por alunos pobres, sendo que vários deles eram originários do Abrigo de Menores de Florianópolis – dirigido pelos Irmãos Maristas (ANDRADE, 2009, p.33-36). No entanto, aos poucos o perfil social de seus discentes começou a mudar

* Mestre em Educação pela UDESC. E-mail: ademirluciano@hotmail.com.

* Doutor em História Social pela USP. Professora do Departamento Graduação e do Programas de Pós-Graduação em Educação da UDESC/ Florianópolis/SC. E-mail: norberto@udesc.br

gradativamente, em boa medida devido à implantação do exame de seleção escolar para a entrada na instituição. Desta forma, o Colégio de Aplicação, grosso modo, passou a ser constituído sobremaneira por alunos de classes médias oriundos de colégios particulares, com destaque para os filhos/as de professores/as universitários.

A cultura escolar do Colégio de Aplicação da UFSC estava centrada na experimentação pedagógica, uma de suas principais atribuições como instituição de ensino de uma universidade federal. Assim, no período entre 1966 e 1973, foi construída uma cultura escolar inspirada em princípios da Escola Nova, que incitava os alunos a aprender fazendo. A data-limite inicial refere-se à gestão do professor Édio Chagas, que viabilizou um intercâmbio entre os colégios de aplicação da UFSC e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que já tinha uma experiência de cultura escolar de corte inovador. Por outro lado, em 1973, foi o último ano em que os alunos do Colégio de Aplicação da UFSC foram selecionados por meio de um exame, que constituía uma clientela mais elitizada (LUCIANO JÚNIOR, 2010, p.37-38). Esse período também foi marcado pelo recrudescimento da ditadura militar, bem como pela aprovação da Lei 5.692/71, que reestruturou o sistema de ensino brasileiro, criando o 1º e 2º graus.

Considera-se a cultura escolar como “um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos” (JULIA, 2001, p.10). Desta forma, a cultura escolar prescrita, formada por textos normativos que definem conhecimentos a serem ensinados e comportamentos a serem interiorizados, é apropriada pelas escolas na tessitura do fazer educativo, plasmando culturas escolares praticadas e singulares. As normas escolares geralmente estão afinadas com finalidades dominantes de uma determinada época histórica, mas as práticas no interior das escolas são ressignificadas, especialmente pela mediação de seus corpos dirigente e docente, podendo estar aquém ou além das conjunturas sociais em que estão inseridas.

No presente trabalho pretende-se ler parte da cultura escolar praticada no Colégio de Aplicação da UFSC, que destoava das diretrizes curriculares determinadas pelo Ministério da Educação sob o regime militar. Trata-se das seguintes iniciativas educacionais: a realização de eleições diretas para a escolha de um representante dos discentes, a elaboração da legislação interna da escola e a criação de uma imprensa estudantil. As eleições diretas para a seleção dos representantes dos alunos era um artefato político inovador em relação às práticas tradicionais nos estabelecimentos de ensino médio no Brasil e contrastava com a eleição indireta para presidente da República durante o regime militar. A construção democrática do

código de conduta também era uma novidade nos colégios de escolarização secundária, geralmente pautados pelo regimento interno determinado pela direção. A imprensa estudantil não era uma novidade nos colégios de ensino médio, mas a liberdade de expressão e a ousadia da contestação eram singulares nos “anos de chumbo”.

Esses elementos da cultura escolar de caráter democrático foram colocados em movimento justamente no período mais duro do regime militar, mas que também foi marcado pela penetração da contracultura na sociedade brasileira – processo histórico que se colocava em nível mundial (SINGER, 1997, p.141-61). Mesmo num regime de exceção, a chamada “revolução dos costumes” estabeleceu-se em diferentes instituições sociais, entre as quais a família, as igrejas e as instituições educativas. Apesar do condicionamento político autoritário, no cotidiano do Colégio de Aplicação da UFSC pode-se constatar algumas brechas onde se manifestou a contracultura. Ademais, como assinala Souza (2008, p.281-85), a reforma escolar de 1971 instituiu uma “avaliação mais qualitativa”, que previa a adoção de conceitos, a instituição do Conselho de Classe, processos de auto-avaliação, avaliação em grupos e a consideração da participação dos estudantes nas atividades escolares. Assim, a compreensão da cultura escolar das décadas de 1960 e 1970 torna-se mais complexa e desafiante.

Considera-se também que a cultura escolar praticada não pode ser analisada de forma abstrata, mas procurando relacioná-la à clientela à qual se destina, que pode ser compreendida a partir de marcadores sociais como gênero, etnia e, especialmente, classe social. Para tanto, usamos os conceitos de capital cultural e capital social, propostos por Pierre Bourdieu, para analisar as desigualdades sociais e escolares no mundo contemporâneo. Para o sociólogo francês, o capital cultural consiste na transmissão, feita pela família e pela escola, de conhecimentos e vivências pertinentes à cultura legitimada pela burguesia (BOURDIEU, 1998b). O capital social refere-se à tessitura e manutenção de uma rede de relações sociais mais ou menos institucionalizadas que viabilizam trajetórias profissionais e sociais, demandando investimento de tempo e de recursos financeiros (BOURDIEU, 1998a). A perspectiva bourdieusiana desmistifica a escola libertadora das desigualdades sociais, que se sustenta no regime meritocrático.

Para compreender melhor a cultura escolar pautada pela inovação pedagógica no Colégio da Aplicação, entre 1966 e 1973, é instigante pensar o seu corpo discente a partir do fator econômico, mas também deve-se levar em conta os conceitos de capital cultural e capital social. Por meio da análise da eleição direta de representantes dos alunos, da elaboração democrática do código de conduta discente e da feitura de jornais estudantis procura-se,

portanto, compreender uma cultura escolar praticada de um colégio de aplicação vinculado a uma universidade federal brasileira, marcada por traços democráticos durante a vigência do regime militar.

O Governo Comunitário

Criado em 1967, congregando todos os alunos do Colégio de Aplicação da UFSC, o Governo Comunitário tinha caráter sociocultural, como afirma a ex-professora Carmem Aidé Hermes Silva, e possuía ainda uma estrutura administrativa parecida com um município, composta por prefeito e vice-prefeito, que eram eleitos por voto secreto e universal para um período de dois anos (SILVA, 1989, p.56). O jornal “O Estado”, em reportagem sobre as eleições para “presidente” do Governo Comunitário, afirma que o mandato era de apenas um ano, o que parece estar correto, porém, esse jornal erra ao confundir o cargo em disputa, pois a eleição não era para “presidente”, mas para prefeito. Contudo, o erro pode ser até mesmo uma provocação ao período de exceção (EM..., 1972, p.8). De acordo com o Colégio de Aplicação, o Governo Comunitário estava vinculado à Coordenadoria de Atividades Extraclasse, um órgão ligado ao “Setor Pedagógico” e que era responsável pelas:

[...] atividades dos alunos fora de sala de aula. [...] Governo Comunitário, organização de estudantes com finalidades de desenvolver o espírito criativo, a responsabilidade e a organicidade através de promoções dos seus diversos departamentos. (MELO FILHO, 1972, p.2-3).

A estrutura do Governo Comunitário previa os departamentos social, cultural, publicitário e esportivo, ocupados por alunos nomeados pelo prefeito. Havia também dois representantes escolhidos por cada turma para constituir uma simulação de Câmara de Vereadores (CAMPOS e SCHAEFFER, 1973, p.1). Os representantes eram escolhidos pelo voto, que era obrigatório a todos os estudantes, porém, de acordo com a Comissão Organizadora das Eleições do Governo Comunitário, eram elegíveis apenas alunos que cumprissem dois requisitos: primeiro, estar frequentando as então 3ª e 4ª séries ginasiais ou o 1º colegial; e segundo, o histórico escolar dos pretendentes não poderia estar em débito com recuperações até a data do início das inscrições (COLÉGIO DE APLICAÇÃO, 1974). O aluno-candidato, portanto, precisava ser um membro do corpo discente considerado exemplar quanto ao desempenho escolar. A candidatura podia ser o simples anúncio de uma chapa em que dois estudantes iriam concorrer aos cargos de prefeito e vice-prefeito, como no ano de

1972 (EM..., 1972.), ou por meio de chapas/partidos que indicavam seus representantes, como ocorreu nas eleições do ano seguinte. Assim, em 1973 houve “duas chapas concorrendo ao pleito: do Partido Opositorista do Colégio de Aplicação – POCA – [...] e do Partido Renovador do Governo – PREGO – [...]” (COLÉGIO..., 1973, p.8).

A vida desses partidos não se estendia para além das eleições, mas o Governo Comunitário, segundo Silva (1989, p.57), tinha atuação significativa na organização escolar ou mesmo na coordenação de atividades didáticas em conjunto com os professores. A entrevista com o candidato e, posteriormente, o vencedor do pleito a prefeito em 1973, resume quais eram essas atividades e o alcance do grêmio estudantil dentro da escola:

Segundo o candidato do POCA Renato Vieira “o governo comunitário beneficia os alunos e a democracia é bem melhor para representar os interesses de cada um”. Se ganharmos, tentaremos realizar tudo aquilo que foi reivindicado pelos alunos, ou seja, tudo o que foi relacionado numa folha que passou pelas salas de aula, principalmente o que mais se apreciava como esportes, festas juninas etc.”

Sintetizadas e expostas ao público, as reivindicações foram as seguintes: oportunidade de integração através de promoções sociais, esportivas e culturais e ainda a organização de um conjunto musical, funcionamento do setor fotográfico, maior participação dos alunos nos diversos departamentos e uma urna ou setor para receber sugestões de alunos. (COLÉGIO..., 1973, p.8).

O Governo Comunitário estava de acordo com os princípios ativos do aprendizado pela prática, afinal, de acordo com essa filosofia pedagógica, conhecer os métodos tinha preferência sobre os conteúdos. O aprender a fazer democracia por meio do Governo Comunitário era simbólico para o período entre o final dos anos 1960 e meados da década de 1970, pois o Brasil experimentava o recrudescimento da ditadura militar. Segundo Silva (1989, p.57) não havia a possibilidade de um aprofundamento do processo democrático ou mesmo a possibilidade de participar das decisões importantes tomadas dentro da escola.

Embora até o momento seja quase inexistente a influência do Prefeito com relação aos professores e diretoria, diz o diretor que no ano que vem procurar-se-á também apresentar certos problemas da direção para reconsideração do governo comunitário e, inclusive, houve por parte do deputado Francisco Grillo o convite ao Presidente da Câmara para uma visita a Brasília no intuito de verificar o funcionamento da câmara federal (COLÉGIO..., 1973, p.8).

O Governo Comunitário era um exercício para os estudantes se acostumarem com a vida pública, para emular relações sociais que poderiam vir a se concretizar em um futuro

próximo. Não por acaso, a presença de um deputado federal para servir-lhes de exemplo mostra que o capital social que o colégio quer que seus alunos cultivem é o que está representado em cargos de destaque na esfera pública. O membro do poder legislativo estava presente para mostrar-lhes que a posição que alcançou poderia ser também uma possibilidade concreta em suas vidas, pois

Com o aproximar-se da data das eleições intensificou-se a campanha de ambos os partidos, culminando com o comício do dia 02-10, com a presença do ilustre Deputado Francisco Grillo, que deixou o Colégio satisfeito por ali estarem sendo **formados os homens públicos de amanhã** (CAMPOS e SCHAEFFER, 1973, p.1). [grifos nossos].

As trajetórias escolares estão pautadas nos desejos e possibilidades objetivas que cada camada social possui. A escola contribui para criar ou não expectativas quanto ao próprio êxito escolar. Em uma escola de elite, vislumbrar a carreira pública, portanto, não é desejar o impossível, é antes um comportamento esperado, quando não estimulado.

O Colégio de Aplicação desenvolve um projeto de Educação Política destinado a preparar os seus alunos para o exercício da cidadania, despertando neles o interesse pelos assuntos comunitários e pela política. Em pleito direto – voto secreto e universal – elegeram-se o Prefeito e seu Vice (O PREFEITO..., 1974, p.23).

O Governo Comunitário tinha como missão despertar os alunos para a vida política – como colocado acima. O verbo usado diz muito da expectativa da instituição para com os alunos, que não é “introduzir” ou “ensinar” sobre a vida pública, mas sim “despertar” algo que já está latente. Uma pedagogia para “despertar” habilidades, em perspectiva bourdieusiana, funcionaria de forma eficaz nos indivíduos das classes mais privilegiadas. Este ambiente democrático colocado em movimento dentro da escola se chocava diretamente com o método de seleção discente do período.

As fontes sobre o Governo Comunitário, estudadas com base em reportagens da imprensa florianopolitana e de jornais estudantis editados no Colégio de Aplicação, destacam o período de eleições, o que pode dar a falsa impressão de superficialidade. No entanto, como coloca Silva (1989, p. 57), o ato de votar e ser votado era mesmo o principal objetivo de uma iniciativa como a do Governo Comunitário, justificado inclusive pelo período em questão, pois “brincava-se de eleições no período mais negro da ditadura militar no Brasil”. A participação do Governo Comunitário no momento da elaboração de questões

pedagogicamente importantes para a escola tinha no máximo um caráter consultivo e democrático.

O código de conduta

No ano de 1971, é formada a Comissão de Pesquisa e Elaboração do Código de Conduta (COPECOP) do Colégio de Aplicação da UFSC. Essa comissão era formada por um grupo que deveria seguir os seguintes critérios:

Pessoas ligadas à Direção [...] Pessoas pertencentes ao Centro de Educação [...] Pessoas que estivessem relacionados diretamente aos alunos [...] Alunos que aceitaram as normas do Colégio [...] Alunos que não aceitam as normas do colégio (RELATÓRIO..., 1971, p.1).

Percebe-se que a participação dos alunos vai além da simples representatividade convencional. Alunos que não concordam com as normas da escola também possuíam voz nessa comissão. Redigido por uma aluna – presidente da comissão –, o relatório segue uma perspectiva laica e democrática, não abrindo espaço para nenhuma fundamentação de cunho religioso. A comissão reitera, ainda, seu estranhamento quanto ao fato de o Colégio de Aplicação estar redigindo um código de conduta:

Códigos anteriores haviam sido feitos, porém não tinham sido aproveitados, talvez por não estarem coerentes com as normas básicas e objetivo do Colégio de Aplicação. Problemas surgiram que nos obrigaram a sentir a necessidade de um código, e foi no mandato da prefeita Mariza Goulart que esta ideia materializou-se através de uma comissão que seria responsável pela elaboração do chamado código de conduta do Colégio de Aplicação. Talvez esta denominação seja um tanto perturbadora pela sua altivez, porém é a única cabível, pois tratando-se o colégio de uma sociedade, nada mais lógico do que regras de comportamento, a fim de que a mesma possa subsistir (RELATÓRIO..., 1971, p.1).

O relatório da comissão é uma interpretação de uma enquete com os alunos do colégio, cujas opiniões foram classificadas em quatro pontos básicos: liberdade, responsabilidade, codificação e punição (RELATÓRIO..., 1971, p. 2-3). A enquete revelou o ponto de vista dos alunos, e, o mais importante, era reconhecida pela instituição. Apesar de propor certas rupturas em relação às normas até então vigentes, como a entrada e saída de sala durante a aula e o uso de uniforme, reiterou-as. Nesta direção, o relatório da escola afirmava:

É a comunidade escolar bastante valorizada, sendo o uniforme de total aceitação, com as alegações de que o mesmo proporciona o nivelamento social e disciplina o modo de vestir. Aham ainda viável a suspensão do mesmo, um dia na semana e nas excursões. O controle do seu uso deve ser feito pela escola. [...] Dispensam o uso do guarda pó para os professores. [...] A maioria é a favor de procedimentos punitivos por parte da escola. [...] Aham que o colégio deve ser liberal com relação ao fumo. [...] A maioria achou que em 1971 o colégio quanto a liberdade foi moderado. Ainda quanto a liberdade, 49,8% acha que os alunos se tornariam mais responsáveis se puderem sair ou entrar, assistir ou não as aulas quando bem entenderem (RELATÓRIO..., 1971, p. 2).

A demanda por disciplina não era apenas por parte da escola na busca de ordem. Os alunos também passam a ambicioná-la no momento em que, mesmo de uma forma limitada, possuíam o poder de construir a norma. Não se estabelece, ao menos nos registros da escola, uma disciplina que “recompensa unicamente pelo jogo das promoções que permitem hierarquias e lugares; pune rebaixando e degradando” (FOUCAULT, 1987, p. 151). A ex-aluna Marcela Schaefer, compara, inclusive, a disciplina diretamente com a cultura escolar inovadora do Colégio de Aplicação, estabelecendo uma diferença com outro colégio conceituado na cidade, o Coração de Jesus, ao concluir:

Quando a gente estudou lá o que a gente sentia era que o colégio em relação a outras experiências no próprio Coração de Jesus, é que eles respeitavam muito os alunos. E tinha técnicas modernas de ensino, inovadoras, isso é que o fazia o Colégio ser diferente. O conceito de hierarquia era diferente. Ela existia sem dúvida nenhuma. Existia muito respeito por parte dos alunos, professores e direção. Mas, essa forma de hierarquia era exercida de forma diferente. Era baseada no respeito da conversa (SCHAFER, 2009, p.3).

Como coloca a ex-aluna, o diálogo e o respeito eram as palavras usadas para definir a relação entre o corpo dirigente e docente e os estudantes, dentro dos limites em que “aprender fazendo” era visto como positivo pela direção. Apesar de constar em registro a consideração das sugestões da comissão (RELATÓRIO ..., 1971, p.1-3), o Colégio de Aplicação da UFSC ignorou-as, prevalecendo apenas os artigos redigidos pela direção (COLÉGIO DE APLICAÇÃO, 1972, p.1-2) O método de controle disciplinar em relação aos discentes era próximo ao que a escola utilizava para promover o Governo Comunitário, ou seja, a direção promovia consulta à comunidade escolar, mas ela tomava as decisões, caracterizando uma liberdade tutelada.

Os jornais estudantis

Com os jornais editados pelos alunos, seguia-se o mesmo princípio de regulação pela direção da escola. De forma correlata ao Governo Comunitário, a produção de jornais estudantis também reforça a necessidade de um capital cultural elevado para fazer parte de uma instituição como o Colégio de Aplicação da UFSC. Algumas das citações aqui utilizadas sobre o Governo Comunitário são do “Jornal dos Estudantes”, que noticiava os comícios dos alunos, o processo eleitoral, bem como entrevistava os candidatos e, mais tarde, os prefeitos eleitos.



Figura 1 – Jornal do Estudante.

Fonte: Acervo do Colégio de Aplicação da UFSC

Se o Governo Comunitário era uma tentativa de emular o poder público, os jornais que surgiam na escola, por sua vez, se inspiravam na imprensa local e estadual. Nesse sentido, a qualidade de sua diagramação e do papel utilizado era a mesma dos jornais de grande circulação na cidade, como “O Estado” – como se pode ver na Figura 1. O “*Jornal dos Estudantes*” recebia o incentivo e a orientação da professora de português, como o próprio jornal indica:

O jornal do Colégio de Aplicação é uma iniciativa dos alunos do 2º ginásio,

que sentindo a necessidade de um veículo de integração e comunicação entre o educando deste estabelecimento, criaram um jornal. A ideia surgiu durante uma aula de português e incentivos da professora Tanira Piacentini [...] (VEJA..., 1973, p.9).

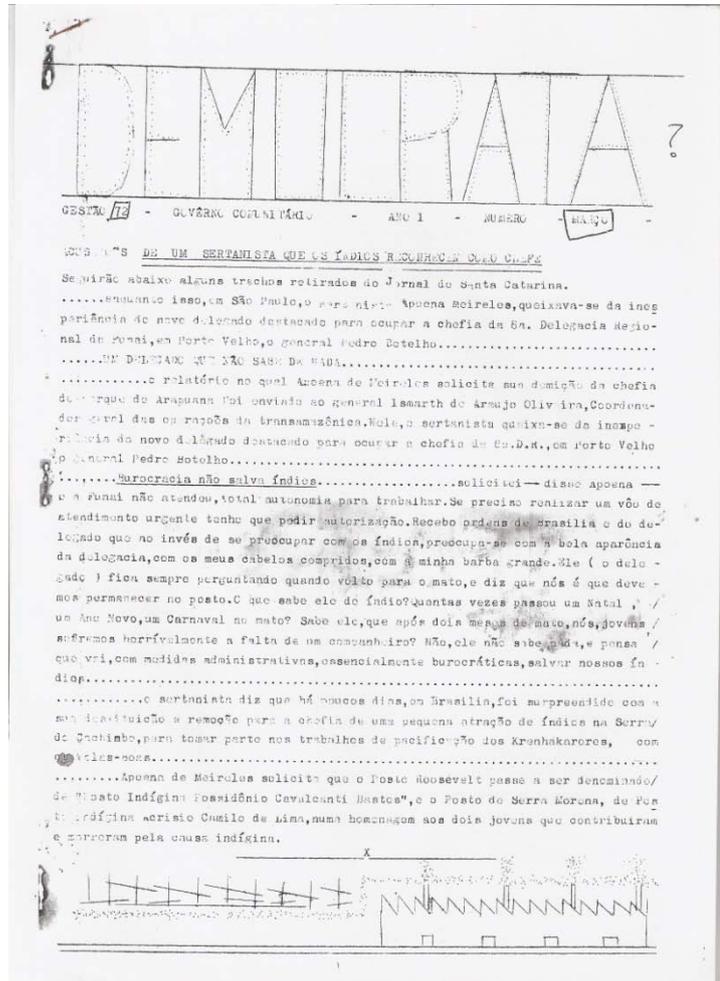


Figura 2 – Capa do jornal “Democrata”

Fonte: Acervo do Colégio de Aplicação da UFSC.

No entanto, a existência de jornais era intermitente, muito mais dependente da iniciativa dos alunos do que da direção da instituição. Os alunos que editavam os jornais discutiam, além de assuntos relativos ao cotidiano escolar, literatura, cinema, política, comportamento, com a desenvoltura que não pode ser creditada exclusivamente ao ensino escolar. Um dos jornais, inclusive, desafiava simbolicamente a situação política da época já no nome, era “Democrata”, como se pode constatar na Figura 2.

Em um dos exemplares do Jornal “Democrata”, a capa trazia um trecho do “Jornal de Santa Catarina”, que relatava as acusações de um sertanista contra a FUNAI

(ACUSAÇÕES..., 1972. p. 1). O jornal divulgou ainda uma pesquisa feita com estudantes do colégio em que duas questões chamam a atenção. Na primeira, sobre quem era a “personalidade do momento”, as respostas se concentravam em três nomes, provavelmente já indicados para votação: Mao (2%), Nixon (78%), e o Papa (20%). A segunda questionava sobre um tema corrente à época: se a “libertação da mulher” era “válida ou não?”; 70% responderam que sim, 10%, não e 20% “não sabiam em que consiste” (QUAL..., 1972. p.5) A pesquisa feita pelo jornal é exemplo do volume de capital cultural dos alunos do Colégio de Aplicação da UFSC, como também revela um *ethos* de classe média da instituição, pois os temas tratados indicam preocupações próprias de camadas culturalmente distintas. No exemplar em questão, não se faz menção alguma ao tipo de acompanhamento de professores na edição, como foi feito posteriormente com o “*Jornal dos Estudantes*”. Mesmo assim, não se percebe diferença na qualidade da escrita dos alunos responsáveis pela edição do jornal “*Democrata*”. Isso demonstra aproximação entre o capital cultural dos discentes e a cultura escolar do Colégio de Aplicação da UFSC.

O Governo Comunitário e os jornais estudantis contribuía, assim, para o entendimento do perfil dos discentes como sendo pertencentes ou próximos das camadas médias intelectualizadas de Florianópolis. Fazia parte da cultura escolar do colégio a postura liberal e francamente laica, que se diferenciava da maioria dos colégios de ensino médio de Florianópolis. Nesse sentido, não há nenhuma menção por parte dos egressos que se atenha à religião e, quando ela aparece, é em documentos da instituição, apenas para reafirmar o seu distanciamento crítico. Apesar de limitado, o envolvimento dos jovens com a elaboração de um código de conduta, mostra que a escola, ao menos nesse momento, buscou iniciar um diálogo com os estudantes, o que revela confiança na sua capacidade.

Nos seus primeiros anos, frequentavam suas salas alunos do Abrigo de Menores de Florianópolis e de baixa renda. À medida que o perfil discente mudava, começavam também a aparecer iniciativas como a do Governo Comunitário e, pouco depois, jornais estudantis, preocupados com os rumos da instituição e que interagem com o ambiente político-cultural da época. Entretanto, esse incentivo só aconteceu devido pelo fato de os alunos serem detentores de capital cultural. A democracia que o colégio exercitava em um momento delicado da história política brasileira, consciente ou não, era a mesma que respaldava o mesmo segmento social de fazer parte de suas salas, haja vista o rigoroso processo de seleção para o ingresso na escola. O colégio não precisou de esforço para ensinar a fazer um jornal, a organizar o Governo Comunitário, ou a propor um grupo de trabalho sobre disciplina escolar, e nem era essa a intenção, pois já era esperado de seus alunos, neste momento, que possuíssem tal

capacidade.

Assim, entre 1966 e 1973, sob inovadora direção, o Colégio de Aplicação consolidou a reputação de ser um dos melhores colégios de ensino médio da capital catarinense, diferenciando-se dos tradicionais colégios confessionais pelo fato de pertencer a uma universidade federal e, por isso, experimentar novas técnicas de ensino. Apesar de não ser o objetivo inicial, o ensino experimental trouxe benefícios para os alunos tanto quanto eram esperados para os acadêmicos que ali estagiavam. Neste sentido, a sua função de estágio foi questionada pela própria comunidade acadêmica devido às mudanças efetuadas pela reforma universitária e pelo ensino médio. Assim, o colégio pôde se reinventar frente à universidade, defendendo sua qualidade de ensino, que garantia à maioria de seus alunos o acesso a esta mesma instituição de ensino superior.

Considerações finais

Independentemente da mudança de perfil discente, a cultura escolar do Colégio de Aplicação era marcada pelo público, democrático, laico e co-educativo, que se diferenciava dos colégios mais prestigiosos de Florianópolis nos anos 60 e 70 do século XX. O governo comunitário e os jornais estudantis, atividades propostas pelo colégio, iam até o limite dentro das possibilidades de contestação ao regime militar, e a eleição para prefeito comunitário, em plena vigência do AI-5, é um fato expressivo para a historiografia da educação. O que se discutiu não foi a validade dessas iniciativas, que consideramos extraordinárias para o período, mas sim por terem sido realizadas quando o processo de mudança no perfil socioeconômico dos discentes já estava acelerado. Assim, fica a impressão de que certas técnicas de ensino, que fazem jus ao “de Aplicação” do Colégio de Aplicação, só podiam ser implantadas efetivamente quando os alunos estivessem em um perfil culturalmente distinto. Com isso, buscou-se um aluno com capital cultural incorporado condizente com as expectativas escolanovistas da instituição.

O Colégio de Aplicação somente teria sucesso se os alunos correspondessem ao seu método de ensino experimental, o que, de fato, aconteceu entre 1966 e 1973. Porém qual o mérito de uma escola pública, de seus diretores e professores, que objetivam um aluno com o maior capital cultural possível para frequentar suas salas? Quanto maior o capital cultural do aluno mais fácil pode se tornar o diálogo com as propostas pedagógicas da instituição escolar. Assim, o bom aluno, para a escola, é aquele que tinha autonomia e entendia rapidamente o

que se pretende fazer. Os alunos mais envolvidos com as atividades extraclasse, as potenciais fontes para uma pesquisa como essa, não ao acaso, eram originários das camadas médias intelectualizadas.

Não por acaso, uma verdadeira pressão de classe por vagas para o colégio mantido pela Universidade Federal de Santa Catarina acontecia no mesmo momento em que o vestibular único se consolidava. Apesar de não se considerar “apenas um cursinho pré-vestibular”, o que, certamente, o Colégio de Aplicação não era, devido ao ensino pensado em longo prazo, a instituição mostrava ótimo desempenho no concurso vestibular. Tão logo sua “reputação” de qualidade se fez notar na cidade, os alunos das camadas populares começaram a ser cada vez mais raros. O período histórico estudado é sintomático de como a escola é uma instituição pensada e desenvolvida por (e para) uma camada específica da sociedade e como esta exclui rapidamente quem possui dificuldade em compreender seus métodos, notadamente as camadas populares, mesmo em uma instituição pública.

SCHOOL COUNTERCULTURE IN UFSC'S COLÉGIO DE APLICAÇÃO (1966-1973)

Abstract

The Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina (“Application” School of the Federal University of Santa Catarina) was created in the beginning of the 1960’s, as Ginásio de Aplicação (“Application” High School), following a model of institution that had been planned and carried out in other universities in Brazil with the same goal: to offer the teachers and undergraduate students a field for pedagogical experimentation and internship. However, as of the foundation of the school, the social profile of its students started to change gradually, partially due to the school selection exam, applied to those who wished to enter the institution, and also to the pedagogical orientation of the school, influenced by the New School philosophy. The poor students that came from the city’s public orphanage, the majority within the school’s population, were being replaced by middle class students, who, not rarely, came from private schools, frequented by the elite of the city. The present article dialogues with the concepts elaborated by the theorists of the sociology of education, specifically, the considerations about cultural capital and social capital by the sociologist Pierre Bourdieu and about the school culture by the historian Dominic Julia. Our aim is to understand how the school culture of Colégio de Aplicação, by means of extra-class activities carried out by the institution, was built so as to allow the change in the students’ profile and in their respective cultural capital in less than a decade. We will observe three of these activities: the communitarian government, the behavior code and the student newspapers.

Keywords: Colégio de Aplicação. School culture. Cultural Capital.

Referências

ACUSAÇÕES de um sertanista que os índios que reconheceram como chefe. **Democrata**.

Florianópolis, 1972.

ANDRADE, M. C. B. **A Cultura Escolar no Colégio de Aplicação/UFSC na década de 1960**. Dissertação (Mestrado em História e Historiografia da Educação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, 2009.

BOURDIEU, P. O capital social – notas provisórias. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Orgs.). **Escritos de Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998 a. p.65-69.

BOURDIEU, P. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Orgs.). **Escritos de Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998b. p.71-79.

CAMPOS, Jaguaracy Carpinetti; SCHAEFER, Marcela Brighelli. Aqui, Colégio de Aplicação. **Jornal dos Estudantes**. Florianópolis, 1973. p.1.

COLÉGIO DE APLICAÇÃO. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Educação. Governo Comunitário. **Código de Conduta**. Florianópolis. 1967.

COLÉGIO DE APLICAÇÃO. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Educação. Departamento de Métodos de Ensino. Colégio de Aplicação. **Comunicação nº 1**. Florianópolis, 14 abr. 1972.

COLÉGIO de Aplicação elege seu prefeito em eleição direta. **O Estado**, Florianópolis, p. 08, 06 out. 1973.

COLÉGIO DE APLICAÇÃO. **Aqui, Colégio de Aplicação**. Edital das eleições do Governo Comunitário. Florianópolis, 1974.

EM pleito acirrado Aplicação elege seu novo governo. **O Estado**. Florianópolis, 11 nov. 1972. p.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas, nº 1, p.9-43, jan./jun., 2001.

LUCIANO JÚNIOR, Ademir Soares. **Cultura escolar e perfil discente no Colégio de Aplicação da UFSC (1966-1973)**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Ciências Humanas e da Educação. Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

MELO FILHO, Marçal. **Relatório**. Florianópolis, 4. ago.1972.

O PREFEITO mais jovem do Brasil tem apenas 12 anos. **O Estado**. Florianópolis, 1974. p.5

RELATÓRIO das Atividades da COPECOP. Florianópolis, 1971. p. 1-3.

SCHAEFER, Marcela Brighelli. **Entrevista concedida a Ademir Soares Luciano Júnior**. Florianópolis, 10 dez.2009.

SILVA, Carmem Aidé Hermes. **Análise da prática docente: Um estudo da dinâmica de**

modernização pedagógica. Florianópolis, 1989, 190p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1989.

SINGER, Helena. **República de crianças**. São Paulo: Hucitec, 1997

SOUZA, R. F. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: ensino primário e secundário no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca Básica da História da Educação Brasileira).

VEJA como nós somos. **Jornal dos Estudantes**. Florianópolis, 3 nov. 1973.

Recebido em: março de 2011

Aprovado em: maio de 2011